



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL
REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS -
REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DAS LAGOSTAS (CPG
LAGOSTA)

ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA

REUNIÃO MISTA

Fortaleza/CE, 14 e 15 de dezembro de 2023

1. ABERTURA

Nos dias 14 e 15 de dezembro de 2023, às 9h00, horário de Brasília, a Coordenadora do CPG Lagosta, Sra. Ormezita Barbosa, confirmou o quórum e solicitou a apresentação dos membros.

Posteriormente, foi apresentado a estrutura da secretaria-executiva do CPG Lagostas, sendo a Secretária-Executiva a Sra. Erina Gomes e a Secretária Adjunta Sra. Sandy Lima. Foi dada sequência aos ritos iniciais da reunião, cumprimentando a todos e agradecendo a presença, oferecendo as boas-vindas para a 2ª Sessão Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros da Lagosta, no âmbito da Rede Pesca Brasil.

2. PARTICIPANTES

Relação dos membros, representantes e convidados que participaram da 2ª Sessão Ordinária, realizada em formato híbrido (presencial e por videoconferência):

Coordenação do CPG Lagosta

Ormezita Barbosa de Paulo (Coordenadora)

Secretaria Executiva do CPG Lagosta

Erina Batista Gomes (Secretária-Executiva)

Sandy Evelin Rodrigues Lima (Secretária-Adjunta)

Rafael Carneiro (Equipe de Apoio)

Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Sandra Silvestre de Souza (Suplente)
Alyson Carvalho Cardoso (SERMOP/MPA - Convidado)
Valdimere Ferreira (SERMOP/MPA - Convidado)

Associação Nacional dos Armadores e Proprietários Embarcações de Pesca (PESCA-BR)

Eloy de Sousa Araújo (Titular)

Associação Brasileira de Engenharia de Pesca (ABEP)

Jones Santander Neto (Titular)

Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA)

Jairo Gund (Suplente)

Centro de Desenvolvimento de Pesca Sustentável do Brasil (CeDePESCA)

Rochelle Cruz de Araújo Bezerra (Titular)

Ernesto Júlio Godelman (Suplente)

Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-33 do Distrito de Ponta do Mel, Município de Areia Branca – RN

Francisco Antônio Bezerra (Titular)

Francisco Hélio dos Santos (Suplente)

Coletivo Nacional de Pesca e Aquicultura (CONEPE)

Carlos Eduardo Villaça (Titular)

Cooperativa Mista de Pesca e Aquicultura da Região do Salgado (COOMPESCAR)

Manoel Fernandes Ribeiro Junior (Titular)

Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA)

Leonardo Torres Figueiró (Suplente)

Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil (FAEP-BR)

Diogo Martins Nunes (Titular)

Marcello Tubarão (Suplente)

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

Cláudia Ramos Zagaglia (Titular)

Francisco Joeliton dos Santos Bezerra (Suplente)

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

Antônio Queiroz Lezama

Roberto Ribas Gallucci

OCEANA BRASIL

Martin Coachman Dias (Titular)

Leticia Bruning Canton (Suplente)

Secretaria de Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará (SPA-CE)

Luiz Vieira de Franca Neto (Suplente)

Sindicato das Indústrias de Pesca, da Aquicultura e das Empresas Armadoras, Armadores e Proprietários de Embarcações de Pesca do Estado do Pará (SINPESCA)

Gilvan de Paula Silva (Suplente)

Sindicato das Indústrias de Frio e Pesca do Estado do Ceará (SINDFRIO-CE)

Expedito Ferreira Júnior (Titular)

Paulo de Tarso Gonçalves (Convidado)

Francisco Ozina Lima Costa (Convidado)

CONVIDADOS

Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA)

Laís Belsito Pestana

Comissão Nacional de Fortalecimento dos Povos Tradicionais Costeiro Marinho (CONFREN)

José Alberto de Lima Ribeiro

Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA)

Raimundo Félix da Rocha

Pedro Oliveira dos Santos

Confederação Nacional dos Sindicato dos Pescadores Artesanais (CONFESPA)

Lindomar F. Lima

Colônia de Pescadores Z-3 André Vidal de Negreiros de João Pessoa - PB

John Early (Fumacinha)

Colônia de Pescadores Z – 8

Maria Cristina de Souza Paula

Colônia de Pescadores Z – 10

Francisco de Assis Filho
Deusdete do Nascimento Gomes
Valdir Silva

Associação dos Proprietários de Embarcações de Pesca do Estado do Ceará - (APESCA)

Ailton Barros de Amarante

Ematerce Beberibe (CE CODEP SDA)

José Hamilton Gomes Junior

Federação dos Pescadores do Estado do Rio Grande do Norte (FEPERN)

José Francisco Dos Santos

Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP)

Raul Cruz

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

Alberto Apolinário Almeida

Instituto Terramar

Romária Holanda

Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)

Maria Martilene R. de Lima

Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG-ES)

Antônio Carlos Cavalcanti de Souza

Sindicato das Indústrias de Frio e Pesca do Estado do Ceará (SINDFRIO-CE)

Paulo de Tarso Gonçalves
Francisco Ozina Lima Costa

Sistema Inteligente para Auxílio na Avaliação da Qualidade de Pescados (QualiPesc)

Emanuel Neves Moreno

Superintendência de Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará (SFPA-CE)

Breno Gustavo B. Costa
Felipe Goyanna
Keivilanny Dias Moura Gonçalves

José Alberto
José Henrique C. Bezerra

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

Cezar Augusto Freire Fernandes – Titular

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Humber Agreli Andrade

3. TEMAS APRESENTADOS/DISCUITIDOS

3.1 APROVAÇÃO DA AGENDA

A Coordenadora Sra. Ormezita Barbosa informou que a Sessão foi conduzida conforme o seguinte sumário, conforme as manifestações aprovadas em plenária: 1 - Abertura; 2 - Apresentação dos Participantes; 3 - Aprovação da Agenda; 4 - Aprovação da Ata da 1ª Sessão Ordinária do CPG Lagostas; 5 - Apresentação da Nova Estrutura do Ministério da Pesca e Aquicultura; 6 - Recomendações da 1ª reunião extraordinária do CPG Lagosta; 7 - GT Mergulho; 8 - Discussões e encaminhamentos sobre GT Mergulho; 9 - Informes de Registro, Monitoramento e Pesquisa; 10 - Revisão do plano de gestão para uso sustentável de lagostas no Brasil; 11 - Apresentação do projeto “Subsídios para revisão do Plano de Gestão para o uso sustentável de lagostas no Brasil” - Professor Humber Angreli (UFRPE); 12 - Apresentação do diagnóstico da pesca da lagosta no Rio Grande do Norte (RN); 13 - Continuidade das discussões sobre a revisão do plano e gestão; 14 - Recomendações; 15 - Definição do calendário de reuniões do CPG Lagostas 2024; e 16 - Encerramento.

Em seguida, submeteu novamente para aprovação à Plenária. Não havendo mais manifestações, a Coordenadora declarou aprovada a agenda da 2ª Sessão Ordinária do CPG Lagosta.

3.2 APRESENTAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Coordenadora, Sra. Ormezita Barbosa (SNPA/MPA), apresentou o organograma que demonstra o quadro das Secretarias, bem como seus departamentos e coordenações-gerais.

Além disso, foi destacada a subutilização pelo setor da ouvidoria do MPA, um canal destinado a receber demandas, elogios e reclamações.

3.3 RECOMENDAÇÕES DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA

Em continuidade, a Sra. Ormezita Barbosa relembrou as recomendações estabelecidas na primeira sessão ordinária do CPG Lagostas, e durante a leitura surgiram dúvidas relacionadas à primeira recomendação.

Referente à recomendação 1: Surgiram questionamentos sobre a composição contínua do grupo técnico-científico (GTC), especificamente se os mesmos pesquisadores que já participam permanecerão. Foi esclarecido que esses pesquisadores continuarão a integrar o CPG; no entanto, as inscrições para o Banco Técnico Científico (BTC) permanecem abertas. Portanto, pesquisadores interessados em contribuir com o CPG ainda podem se inscrever.

3.4 GT MERGULHO

Em continuidade, deu-se início às discussões sobre a formação do Grupo de Trabalho, encaminhamento da recomendação 4 da sessão passada, sobre Mergulho (GT Mergulho). Foi recordado quais membros do Governo Federal e organizações da sociedade civil enviaram e-mails expressando interesse em participar do referido GT.

O Senhor Raimundo Félix (CBPA) expressou interesse em indicar um técnico da organização para integrar o corpo de membros do GT.

Quanto à composição do GT Mergulho, questionou-se a quantidade de membros da sociedade civil presentes. A Sra. Ormezita Barbosa esclareceu que, inicialmente, o GT seria composto por seis organizações federais, duas organizações estaduais e duas organizações da sociedade civil, conforme previsto no regimento do CPG. Ela destacou que o GT pode incluir instituições do Governo Federal, do Governo dos Estados, da sociedade civil e pesquisadores com expertise nos temas abordados.

O Senhor Diogo Martins (FAEP) indicou que os membros envolvidos no GT serão diferentes devido a mudanças na equipe, mas reiterou o interesse contínuo da organização. O Senhor Raimundo Félix (CBPA) manifestou interesse em se unir ao GT Mergulho, especialmente devido à colaboração atual com um grupo técnico focado na identificação do peixe-leão.

O Senhor Carlos Eduardo (CONEPE) enfatizou a necessidade de convidar mais instituições relacionadas à prática do mergulho para avanços significativos no GT. Também sugeriu uma reconsideração da estrutura dos GTs, com destaque para a participação essencial da Marinha do Brasil.

A Senhora Cláudia Ramos (IBAMA), abordou as razões para a proibição da pesca por mergulho, destacando a preocupação ambiental. Na sequência, o Sr. Carlos Eduardo afirmou que a captura de lagostas miúdas permanecerá proibida e enfatizou que o GT visa decidir sobre a criação de uma nova modalidade de pesca. Ele ressaltou a necessidade de treinamento e responsabilidade se a proposta avançar.

O Senhor Eloy Araújo (PESCA-BR) discordou da composição do GT, observando a semelhança de opiniões entre MMA, IBAMA e ICMBio. O Senhor Francisco Bezerra (Colônia Z-33) destacou a necessidade de regulamentação, sugerindo uma integração mais ampla de entidades relacionadas à pesca.

A Coordenadora Ormezita Barbosa reiterou que todas as nuances serão discutidas pelo GT. Nesse contexto, John Early (Colônia Z - 3) abordou a questão da mortalidade entre os pescadores de mergulho, associando-a à fiscalização intensa. Ele destacou que, em várias situações, quando as operações de fiscalização são iniciadas, os pescadores de mergulho enfrentam a falta de tempo adequado para realizar a descompressão, resultando em acidentes graves. O Senhor José Alberto (CONFREM) defendeu uma abordagem mais equilibrada.

Por fim, a Coordenadora Ormezita Barbosa encerrou as discussões sobre o GT Mergulho, destacando o registro das organizações interessadas. Ressaltou que as conclusões serão submetidas ao CPG para decisões finais.

O Senhor Roberto Galluci (MMA) enfatizou a natureza técnica do GT, requerendo contribuições especializadas. Sugeriu incluir representantes acadêmicos e da Marinha, no qual destacou a importância de definir um prazo para a coleta de informações.

Em seguida, o Senhor Joeliton Bezerra (IBAMA) citou a prerrogativa do coordenador de convidar profissionais externos para contribuir, além dos 10 membros previstos.

A Senhora Sandra Silvestre (MPA), expressou que esperava propostas concretas do GT, considerando a regulamentação da pesca de mergulho. Destacou a necessidade da participação ativa do IBAMA, MPA, MMA e ICMBio nas discussões para decisões eficazes.

Tendo concluído as discussões sobre a criação do GT Mergulho, a Sra. Ormezita Barbosa prosseguiu com os encaminhamentos resultantes do debate.

Encaminhamento 1: Confirmar a participação das 10 organizações que anteriormente haviam expressado interesse em integrar o GT.

Encaminhamento 2: Registrar as organizações que, durante a reunião, manifestaram interesse em ingressar no grupo, a saber, Colônia Z-3 da Paraíba, CBPA, e alguns pesquisadores com experiência no tema.

Com isso, as deliberações acerca do GT Mergulho foram encerradas, e o conjunto fez uma breve pausa.

3.5 INFORMES DE REGISTRO, MONITORAMENTO E PESQUISA

Ao retomar a reunião, a Coordenadora Ormezita Barbosa comunicou ao conjunto a presença do deputado federal, e presidente da FECOMÉRCIO, Luíz Gastão e agradeceu a sua presença.

Em seguida, a Coordenadora do CPG passou a palavra para o Senhor Alyson Carvalho e para a Senhora Valdimere Ferreira, ambos da SERMOP, para que apresentassem um pouco das ações da secretaria que estão em curso.

A apresentação da SERMOP foi dividida em duas partes: a primeira foi conduzida pela Sra. Valdimere, que apresentou a Secretaria e forneceu os informes gerais; a segunda foi conduzida pelo Sr. Alyson, que abordou o processo de vistoria da pesca da lagosta.

A senhora Valdimere Ferreira, responsável pela Coordenação-Geral de Monitoramento da Secretaria de Registro, Monitoramento e Pesquisa (SERMOP), destacou a importância dessa secretaria na execução de políticas relacionadas a registro, monitoramento, pesquisa e estatística. Na sequência, abordou a divisão da apresentação, indicando que o Sr. Alyson trataria da parte de vistoria, com ênfase na pesca da lagosta.

Foi ressaltado o amplo papel da SERMOP, executando políticas que vão além da emissão de licenças, incluindo questões como registro, monitoramento, pesquisa e estatística, conforme decretos e legislações. Em seguida, discutiu o acesso a serviços públicos e forneceu uma visão geral do processo de licenciamento, incluindo o Registro Geral de Pescador (RGP) e as melhorias discutidas no Grupo de Trabalho (GT).

Além disso, destacou a mobilização da secretaria para analisar os passivos referentes ao registro dos pescadores artesanais, enfatizando a importância de ajustes e campanhas de conscientização para lidar com demandas e necessidades urgentes. Abordou ainda o monitoramento da atividade pesqueira, ferramentas e sistemas utilizados, ressaltando a necessidade de comunicação eficiente entre gestores e usuários.

Adicionalmente, informou sobre a atualização do processo de entrega de declaração de estoque, em que destacou a importância da comunicação para evitar problemas no cumprimento de obrigações. Foi abordada a obrigatoriedade do PesqBrasil a partir de janeiro, ressaltando a importância da atualização de dados pelos usuários.

Além disso, mencionou o lançamento do PesqBrasil e o trabalho do departamento de estatística da SERMOP, incluindo parcerias com universidades e projetos de pesquisa em andamento para compilar informações sobre pesquisadores envolvidos no processo. Foi enfatizada a relevância desses projetos para preencher lacunas na atividade pesqueira e a finalidade do monitoramento para obter dados e melhorar o ordenamento, sem a intenção de punir pescadores.

Por fim, a Sra. Valdimere destacou o trabalho colaborativo com identificação de demandas e parcerias com universidades, ressaltando que o Comitê Permanente de Gestão (CPG) é um espaço propositivo, permitindo que conhecedores da atividade sugiram e proponham ideias para avaliação do ministério.

Em continuidade, o Senhor Alyson Carvalho evidenciou a urgência de discutir a Portaria MPA nº 113/2023, que regulamenta a frota lagosteira. O Sr. Alyson destacou a importância de caracterizar as frotas do país em conformidade com recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU). Foi destacado que a equipe da SERMOP participou ativamente da reformulação dessa normativa, estabelecendo diálogo com a Secretaria Nacional de Pesca Artesanal.

Como resultado desse alinhamento interno, o Ministério da Pesca e Aquicultura

(MPA) trouxe as possibilidades de mudanças para o Conselho Permanente de Gestão (CPG), visando um diálogo aberto e esclarecimento de dúvidas. O Senhor Alyson apresentou a proposta de prorrogação do prazo para as vistorias até 30/04/2025, embasada em discussões com o setor pesqueiro e uma nota publicada em 17/11. Diante disso, ressaltou a importância de publicar a revogação da Portaria nº 113 a tempo, evitando prejuízos ao setor.

Abordaram-se detalhes sobre o protocolo do relatório de vistoria, destacando a nova possibilidade de servidores públicos realizarem vistorias gratuitas. Além disso, discutiu pontos como quem pode protocolar os relatórios e a análise subsequente. O Sr. Alyson enfatizou a transparência ao mencionar a publicação de listagens de vistoriadores e servidores habilitados.

Por fim, esclareceu que serão examinadas todas as informações apresentadas, englobando tanto a proposta do MPA quanto as sugestões que emergirem durante a reunião. Caso algo não tenha sido tratado ou represente uma demanda do setor, serão revisadas e avaliadas a possibilidade de sua inclusão. Estes são os pontos que já foram discutidos com o setor, haverá esforço por parte do MPA para que sejam atendidos, com o objetivo de prevenir prejuízos e insegurança jurídica para os envolvidos na atividade.

Após os informes da SERMOP, a Sra. Ormezita Barbosa abriu a fala para que o conjunto da reunião pudesse tirar dúvidas, fazer sugestões e debater o tema partindo dos elementos apresentados pela Secretaria.

O Senhor José Alberto (CONFREM), elucidou que o ponto principal de discussão aborda a questão das vistorias, inicialmente apresentadas como um levantamento para avaliar a frota. No entanto, argumentou que a proposta parecia mais uma atualização para verificar quem estava em dia com suas permissões, e assim, justificou a necessidade de clarificar o real propósito das vistorias.

Outro ponto abordado foi o desafio enfrentado pelos proprietários durante as vistorias, especialmente no que diz respeito à apresentação dos documentos exigidos, como os mapas de bordo dos anos anteriores.

Considerando o contexto atual, marcado pela saída de uma pandemia e um governo anterior, foi questionada a necessidade de exigir toda a documentação neste momento. Sugeriu-se então que, para a vistoria, seria suficiente a apresentação dos documentos de embarcação, mapas de bordo entre 2019 e 2023, juntamente com documentos de renovação. Foi ressaltada a importância do documento da Marinha em

dia, argumentando que se a Marinha aprova, a embarcação está apta a navegar.

Quanto à exigência feita pelo Senhor Joeliton Bezerra (IBAMA), o qual questionou a relevância de solicitar todos os mapas de bordo e renovações de pesca se não há infrações cometidas. Nesse contexto, o Senhor José Alberto (CONFREM) sugeriu considerar quem apresentou documentos referentes ao período mencionado, visando uma abordagem mais flexível e eficiente.

Em suma, o Senhor José Alberto enfatizou que, se o governo emitir as licenças pendentes, não haverá prejuízos à pesca da lagosta, uma vez que essa frota já está sob controle. No qual, propôs uma abordagem mais flexível em relação à documentação, buscando evitar problemas e atrasos.

O Senhor Luiz França (SPA/CE) iniciou sua fala agradecendo a sensibilidade do Ministério em atender algumas das reivindicações. Por exemplo, o prazo até 28 de fevereiro para a realização das vistorias era impraticável, dada a falta de condições para concluí-las até essa data.

Outro ponto colocado foi a necessidade de abrir vagas para mais vistoriadores particulares, uma vez que o Ceará possui apenas cerca de seis profissionais, o que é insuficiente para atender à demanda. Com poucos vistoriadores e muitas embarcações para serem inspecionadas, o valor cobrado por esses profissionais aumenta significativamente devido à procura.

Na ocasião, a Secretaria de Pesca e Aquicultura do estado do Ceará disponibilizou 10 engenheiros para as vistorias. Embora a secretaria não possa garantir exclusividade, ela se colocou à disposição para realizar as vistorias gratuitamente, contribuindo para facilitar o processo.

A proposta é organizar e planejar as atividades de forma eficiente, aproveitando as horas vagas desses profissionais para contribuir com o processo de vistoria.

Em seguida, a palavra foi cedida à Senhora Cláudia Ramos (IBAMA), que solicitou ao Sr. Alyson da SERMOP a lista das embarcações que passaram por essa auditoria ou vistoria. Dessa forma, quando a lista for publicada no site, será possível especificar exatamente quais itens foram verificados nesse momento. Comentou ainda, que similar à lista das embarcações de lagosta, onde foram verificados determinados itens, seria interessante relacionar esses itens para que o ato de fiscalização e a própria sociedade, incluindo a indústria da pesca, possam saber o que foi considerado regular nas operações da embarcação.

O Senhor Raimundo Félix, representante da CBPA, afirmou que, mesmo com um número insuficiente de vistoriadores, houve exigência de material de pesca compatível, com a concessão de até 30% do mesmo em uso ativo. A documentação requerida pela Marinha, incluindo licenças de 2015 a 2023, foi apresentada.

O impasse surgiu devido à desconfiança nas entidades pesqueiras, o que prejudicou o trabalho em andamento. Citou que, os pescadores, na maioria das vezes, não priorizam documentos vencidos. Desse modo, a proposta de mudar e ampliar as datas é compreendida, mas a disponibilidade e habilitação dos engenheiros geram preocupações, ressaltando as disparidades relacionadas ao pagamento.

Conforme o citado, o Sr. Raimundo Félix sugeriu a necessidade de o governo custear as vistorias e a importância de sensibilidade ao lidar com os pescadores, propondo flexibilização, especialmente para documentos de aposentadoria expirados. A ênfase recai na importância de compreender a realidade dos pescadores e buscar soluções sensíveis para regularizar a situação, a exemplo daqueles prestes a se aposentar.

O Senhor Ailton Amarante (APESCA) iniciou sua fala afirmando que alguns pescadores solicitaram a transferência de propriedade de embarcações há anos, mas até o momento, isso não foi efetivado. Sua sugestão foi consolidar tudo por meio de uma portaria ou algo similar, zerando o processo, como foi feito em 2007.

A recomendação do TCU foi feita em 13/12/2017. Para tornar o processo mais ágil, o Sr. Ailton Amarante sugeriu que a regularização seja realizada assim que a embarcação der entrada, sendo vistoriada pela Marinha no mesmo momento. Enfatizou que muitas permissões estão inativas, então uma portaria seria válida para agilizar o processo.

De maneira sucinta, elucidou que a proposta é beneficiar quem já possui licença, dando prioridade à autorização para esses casos. Assim, seria possível resolver a situação rapidamente para aqueles que já exerciam a atividade. Isso, por sua vez, resolveria a morosidade na transferência de titularidade das embarcações, beneficiando não apenas o governo, mas também os proprietários. Logo, a proposta como um todo visa otimizar o processo e evitar gastos desnecessários, beneficiando toda a comunidade envolvida.

O Senhor Felipe Goyanna (SFPA/CE), expressou sua preocupação em relação à Portaria nº 113/2023, destacando que a mesma está vigente, embora não tenha sido

discutida detalhadamente antes de sua publicação. Sendo assim, ressaltou a urgência de alterar ou revogar a portaria devido ao curto prazo estabelecido. Além disso, destacou que a vistoria é crucial para a concessão de autorização de pesca e que ela está vinculada ao próximo passo no processo.

Enfatizou ainda a necessidade de discutir as etapas do processo, considerando a realidade prática. Com isso, mencionou a importância de corrigir a Portaria nº 113/2023, especialmente em relação às vistorias de embarcações, ressaltando a necessidade de refletir sobre como lidar com a quantidade de embarcações e a realidade da pesca no país.

Nesse sentido, o Sr. Felipe Goyanna relatou a complexidade do trabalho e a importância de lidar com a realidade existente. O número expressivo de embarcações no Ceará, sem autorização de pesca, é apresentado como um desafio.

Por fim, foi destacada a importância de gerir a pesca com base na realidade, conhecendo-a e tomando medidas necessárias, ao invés de focar em questões de seguro defeso, citando que as vistorias devem ser consideradas como parte de um processo mais amplo de ordenamento na pesca da lagosta.

O Senhor Carlos Eduardo (CONEPE) expressou uma grande frustração com a persistência de problemas recorrentes ao longo do tempo. Há um apelo enfático para romper com a inércia e confrontar de maneira corajosa a realidade, especialmente em relação a questões como má gestão de recursos e a urgência de abordar problemas ambientais. A falta de coragem para enfrentar esses desafios é destacada, ressaltando a necessidade de uma ação decisiva. Além disso, enfatizou a importância de envolver instituições como o Ministério Público para implementar medidas concretas, indicando que a inação pode resultar em consequências adversas. O discurso conclui reforçando a ideia de que a mudança é imperativa e que a colaboração e a responsabilidade são fundamentais para superar os obstáculos apresentados.

Na exposição do Professor Marcello Tubarão (FAEP), foram abordados os desafios enfrentados na atividade pesqueira do Rio Grande do Norte, com ênfase na complexidade da implementação e compreensão dos procedimentos de registro, particularmente em relação ao mapa de bordo. Em seu discurso, expôs a proposta de introdução de um mapa de bordo eletrônico e aplicativo, apresentada há mais de 10 anos, que enfrentou contratempos durante o processo.

Destacou-se também a falta de segurança e estabilidade na atividade pesqueira,

ênfatizando a necessidade de uma avaliação precisa da frota local. Além disso, abordou as dificuldades burocráticas envolvendo despachantes, destacando a importância de resolver questões práticas diretamente na praia. Uma observação relevante feita pelo Professor Marcello diz respeito à dependência dos pescadores em relação a tecnologias que muitas vezes não dominam, o que aumenta ainda mais a complexidade do cenário local. Esses aspectos ressaltam os desafios em implementar mudanças efetivas e a urgência em abordar as questões práticas enfrentadas pelos pescadores.

Na fala do Senhor Lindomar Lima (CONFESPA), alguns pontos-chave foram ênfatizados. Ele trouxe à tona a questão do mapa de bordo, apontando preocupações sobre o funcionamento do sistema PREPS, especialmente para embarcações que talvez não estejam mais vinculadas à empresa de monitoramento. Destacou a importância do correto preenchimento das coordenadas no mapa de bordo digital, mencionando a necessidade de ajustes no Ministério da Pesca e Aquicultura para garantir que embarcações com transferências de titularidade recentes possam acessar e preencher as informações de forma atualizada.

Além disso, abordou a questão das vistorias, concentrando-se nos critérios utilizados nesse processo. Foi expressa a preocupação sobre a escassez de permissões de pesca concedidas após as vistorias, mencionando o exemplo da pesca da lagosta com compressor, que pode impactar a qualificação da embarcação devido à ilegalidade dessa prática. Ademais, destacou as implicações futuras, especialmente na exportação do produto, ressaltando a necessidade de avaliar cuidadosamente os critérios adotados nas vistorias.

Por fim, o Senhor Lindomar Lima (CONFESPA) relatou as discussões anteriores sobre recadastramento, compartilhando a proposta de realizar um novo processo de recadastramento. Ele concordou com a ideia de reconsiderar a regulamentação do Registro Geral da Pesca (RGP), buscando manter direitos existentes e oferecer oportunidades para novos pescadores. Essa sugestão visa atualizar o setor pesqueiro e permitir a entrada de novos participantes.

A Senhora Valdimere Ferreira (SERMOP) abordou os desafios complexos enfrentados pelo setor pesqueiro, reconhecendo a dificuldade em encontrar soluções definitivas devido às diversas variáveis envolvidas. A ênfase foi colocada na priorização da base desorganizada de embarcações no SisRGP, indicando a necessidade de abordagens graduais para lidar com essa complexidade. Além disso, a importância das

vistorias como ferramenta para organizar o setor foi ressaltada, enquanto dilemas sobre a regularização do mergulho foram mencionados.

Destacou a necessidade de decisões informadas, enfatizando a importância de dados precisos sobre a frota para orientar o processo. Foi sublinhada a responsabilidade compartilhada entre diversos órgãos governamentais e a importância da capacitação para garantir que as exigências sejam cumpridas eficientemente. Por fim, foi expressa a disposição do MPA em colaborar ativamente para alcançar a sustentabilidade na pesca, reconhecendo a importância crucial desse setor para a economia local.

Em continuidade, o Senhor Alyson Carvalho ressaltou a importância da atualização da base de dados do setor pesqueiro, destacando que a vistoria desempenhará um papel crucial nesse processo. Salientou ainda a necessidade de identificar corretamente os proprietários das embarcações, especialmente em casos de transferência de propriedade, para aplicar sanções apropriadas.

Outro ponto enfatizado, foi o propósito do relatório de vistoria, o qual esclareceu que sua função não é impedir a renovação da autorização de pesca, mas sim refletir a realidade da embarcação, permitindo a atualização da base de dados. Foi comentado que a portaria de protocolos, que ampara as embarcações sem certificado atualizado desde 2016, precisa ser renovada até dezembro de 2023 para abranger essas embarcações.

Foram abordadas as questões levantadas, abrangendo o prazo até 2025 e a conexão entre a vistoria e a renovação da autorização de pesca. Com isso, esclareceu a relação da vistoria com a renovação do RGP, enfatizando que o relatório de vistoria é uma das condições para esse processo e que a inadequação identificada pela vistoria não impede a regularização das embarcações afetadas.

Além disso, foram corrigidas informações sobre o número de vistoriadores no estado do Ceará, indicando que há 16 profissionais certificados. A importância da vistoria completa de todas as embarcações lagosteiras foi reiterada, alinhando-se com a recomendação do TCU para uma abordagem abrangente na avaliação das embarcações.

Às 13:20, a Coordenadora do CPG, Ormezita Barbosa, interrompeu as discussões matinais para permitir que os membros fizessem uma pausa para o almoço. Ficou acordado que a reunião seria retomada às 14:20 para abordar as discussões do plano de gestão.

3.6 REVISÃO DO PLANO DE GESTÃO PARA O USO SUSTENTÁVEL DE LAGOSTAS NO BRASIL

A reunião foi reiniciada às 14:30, conforme agendado, e seguindo a programação aprovada pelos membros, deu-se início à apresentação sobre a revisão do plano de gestão do uso sustentável da lagosta.

Prosseguindo, a palavra foi passada ao Prof. Dr. Raul Cruz (FUNCAP), cientista chefe em Pesca e Aquicultura, para a apresentação de sua pesquisa intitulada "Avaliação Pesqueira, Ordenamento e Comercialização da Lagosta Viva Inteira".

A aplicação contínua de medidas de gestão é de suma importância para eliminar fontes de externalidades negativas e promover a reconstrução dos estoques. As considerações para a gestão da lagosta englobam:

1. Defeso de Seis Meses:

- Adoção de um defeso de seis meses, de maio a outubro, para proteger as principais etapas do ciclo de vida da lagosta.

2. Medição Precisa:

- Utilização do comprimento da carapaça ou comprimento do cefalotórax (CC) para uma medição mais precisa das lagostas.

- Medição do comprimento da cauda, desde a extremidade anterior do primeiro anel abdominal até o final do télson.

3. Tamanho Mínimo Legal:

- Estabelecimento de um tamanho mínimo legal para a captura da lagosta vermelha: 80 mm CC (140 mm abdômen).

- Utilização de armadilhas com dispositivo de exclusão nos painéis laterais para permitir a fuga de lagostas pequenas e outros invertebrados, conforme regulamentação internacional.

4. Proteção de Fêmeas Ovadas:

- Determinação de que fêmeas ovadas ou com espermátóforos completos devem ser devolvidas imediatamente ao mar após a captura.

5. Zonas de Pesca:

- Estabelecimento de cinco zonas de pesca de lagosta na plataforma

continental do Brasil, com controle de captura e esforço para cada zona, buscando melhorar as estatísticas comerciais das pescas.

6. Período de Defeso Permanente:

- Implementação de um período de defeso permanente nas áreas de berçário entre 1 e 5 metros.

7. Proibição de Aumento do Esforço de Pesca:

- Proibição do aumento do esforço de pesca da lagosta, incluindo a entrada de novas embarcações e petrechos de pesca.

8. Proibição de Métodos Específicos:

- Proibição da pesca da lagosta com o uso de métodos específicos, como rede de emalhe do tipo caçoeira, marambaia e mergulho de qualquer natureza.

9. Modernização da Gestão:

- Modernização da gestão das pescas, com a exigência de rastreamento por satélite em todas as embarcações licenciadas para pesca de lagosta.

- Reforço do monitoramento de embarcações como ferramenta prioritária de controle e fiscalização, utilizando o GLOBAL FISHING WATCH.

10. Mapas de Bordo:

- Obrigatoriedade de todas as embarcações que capturam lagosta preencherem e entregarem mapas de bordo, registrando todas as espécies de lagosta capturadas.

- Disponibilização das informações em ambiente científico.

As medidas propostas pelo Professor têm como objetivo assegurar a sustentabilidade na captura e retirada da biomassa de lagosta, promovendo uma gestão eficaz e responsável desse recurso marinho.

Após o fim da apresentação, a Sra. Ormezita Barbosa abriu o espaço para que o conjunto tirasse suas dúvidas e fizesse suas considerações.

O Senhor Breno Costa (SFPA/CE) perguntou sobre a influência de características como ventos, pluviosidade e áreas específicas na ocorrência da lagosta, levando em consideração a existência de duas populações identificadas por estudos genéticos ao longo da Costa Amazônica. A preocupação central é compreender a interferência dessa população sobre os estoques nordestinos, considerando as correntes oceânicas que podem levar seus ovos para regiões distantes, como as Guianas, e não contribuir para a reposição do estoque local. Foram pedidos esclarecimentos sobre a dispersão dessa população em relação ao estoque

principal na Costa da Amazônia e os possíveis impactos dessa dinâmica na pesca nordestina.

O Senhor Roberto Galluci (MMA) pediu que o professor comentasse sobre os estudos apresentados, especialmente sobre o estado de sobre-exploração da lagosta, com foco na lagosta vermelha. O objetivo era dissipar dúvidas, considerando a percepção, por vezes equivocada, de que o recurso é inesgotável. A referência ao colapso do bacalhau no Norte foi mencionada como uma ilustração importante.

3.7 PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DE GESTÃO DA LAGOSTA

Dando continuidade às apresentações, o Senhor Antônio Lezama e o Senhor Roberto Galluci, representantes do MMA, apresentaram ao conjunto uma proposta de revisão do plano de gestão da pesca da lagosta. Essa proposta envolve o estabelecimento de um limite anual de captura da lagosta vermelha (*Panulirus argus*). Logo, quando esse limite é atingido, a pesca da lagosta seria interrompida em todo o país até o início da próxima safra. A proposta destaca que o controle do limite de pesca seria predominantemente baseado em dados provenientes das indústrias.

O primeiro passo para a implementação do plano de gestão apresentado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima é a definição de um limite de captura anual. Esse número será determinado por meio da avaliação do estoque do recurso, envolvendo a coleta de dados sobre a lagosta, produção, biologia e características da pesca. Enquanto, a análise será realizada por meio de modelos matemáticos, contemplando a avaliação do estoque e uma estimativa de quanto é possível pescar sem comprometer a preservação da espécie.

A segunda etapa consiste no monitoramento da produção durante a safra com base nos dados de entrada da lagosta nas indústrias. A proposta é que as próprias empresas reportem, semanalmente, o fluxo de entrada da lagosta na empresa por meio de um formulário eletrônico. Uma alternativa é a utilização do Sistema de Inspeção Federal (SIGSIF) do MAPA, plataforma onde as empresas que trabalham com produtos de origem animal compartilham dados da produção.

Ainda no sentido do monitoramento, outra possibilidade de acompanhar o volume pescado é por meio do monitoramento das exportações, utilizando os dados fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), disponíveis no portal SISCOMEX. Ressaltou-se que essas são

possibilidades, e ainda não foi definida a metodologia a ser adotada.

A etapa final desse processo consiste na paralisação total da atividade de pesca da lagosta quando o limite de captura for atingido. Além disso, será estabelecida uma margem de segurança, um gatilho, um pouco abaixo do limite de captura. Quando esse gatilho for atingido, será publicado o aviso de interrupção da pesca. Os barcos que já estiverem no mar quando o aviso for publicado poderão realizar o último desembarque da frota.

Após o encerramento da safra, quando o limite de captura for atingido, os dados da safra serão avaliados para que seja definido um novo limite, dando continuidade ao ciclo.

Complementando a fala de Antônio Lezama (MMA), o Senhor Roberto Galluci afirmou que o estabelecimento de um limite anual de pesca não fará com que as outras medidas de gestão sejam deixadas de lado. Além disso, mencionou que a proposta oferecida ao conjunto está embasada em dados científicos que indicam que, caso não seja estabelecido um limite de captura, pode haver um declínio ou até mesmo um colapso nos estoques, assim como ocorreu com o bacalhau.

Além disso, o Sr. Roberto Galluci afirmou que o estabelecimento do limite de captura da pesca da lagosta não seria decidido na segunda reunião ordinária do CPG Lagosta, tendo esta como objetivo apresentar ao conjunto a proposta.

Após o fim da apresentação, a Sra. Ormezita Barbosa abriu o espaço para que o conjunto tirasse suas dúvidas e fizesse suas considerações.

O Senhor Francisco Bezerra (Colônia Z-33) expressou sua preocupação com a abertura de brechas na fiscalização do último desembarque, visto que não há, em nenhum estado, um terminal exclusivo para o desembarque de lagostas. Ele argumentou que o monitoramento seria mais efetivo se realizado diretamente na praia. Além disso, levantou-se a questão da permissão aos barcos que já estão em alto mar realizarem seu último desembarque após a publicação de que o limite foi atingido. Há a preocupação de que essa permissão possa ser burlada por barcos prontos para desembarcar, utilizando-a como uma licença para uma última pesca antes do encerramento da safra.

A Senhora Maria Martilene (MPP) iniciou sua fala expressando sua oposição à implementação de portos exclusivos para a lagosta, defendendo que os pontos de desembarque devem permanecer nas praias. Além disso, compartilhou suas dúvidas

em relação ao plano. Sua primeira preocupação é sobre a proporcionalidade do limite de captura, considerando que barcos maiores poderiam pescar mais, colocando os barcos menores em desvantagem. A segunda dúvida refere-se ao monitoramento após o limite ser atingido. Por fim, questionou qual seria a ação do governo quando o limite de captura fosse alcançado. A Sra. Maria Martilene solicitou que os representantes do MMA compartilhassem a experiência da implementação da cota da tainha no Sul do país e pediu informações sobre os dados da avaliação do estoque e o que esses dados indicam sobre a situação da lagosta.

O Senhor Roberto Galluci (MMA) abordou a questão do controle do limite de captura anual da lagosta. A sugestão de realizar o controle no desembarque, considerando uma menor quantidade de barcos e uma área reduzida de atividade de pesca. No entanto, argumentou que, devido ao fator favorável na indústria de exportação, o controle poderia ser mais eficaz nessa etapa da cadeia produtiva.

A escolha do limiar de 90% foi baseada nos dados que indicam que a maioria da produção nacional vai para as indústrias. Propôs-se utilizar o sistema de exportação do Ministério da Indústria e Comércio, com ajustes para agilizar o processo.

Em caso de atingir 90% do limite de captura anual, a proposta era emitir comunicados e manter informações no site do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Um período adicional de pesca seria estabelecido para alcançar o limite, permitindo uma última pescaria para quem estivesse se preparando.

O fechamento da temporada de pesca ocorreria quando o limite fosse atingido, com detalhes a serem discutidos, como a possibilidade de permitir que pescarias usando covos e manzuás comecem um pouco antes do limite. Em relação à exportação, considerou-se a imposição de restrições ou apenas o monitoramento da quantidade que entra na indústria.

O foco principal era controlar a retirada da lagosta do mar, e o que ocorre na cadeia produtiva posteriormente seria monitorado. Quanto aos valores, estimou-se cerca de 4000 toneladas de lagosta vermelha e mais 1000 toneladas da verde, totalizando pouco mais de 5000 toneladas, próximas à média dos últimos anos.

Há ainda questões em aberto, como o fechamento da temporada de pesca e o detalhamento do monitoramento, que serão discutidas em reuniões futuras.

O Senhor Carlos Eduardo (CONEPE) expressou sua indignação ao retomar a

discussão sobre o controle anual da captura de lagosta. Em 2018, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) para estudar cotas de lagosta, semelhante à proposta apresentada no gráfico. Foi enfatizada a importância das exportações como ferramenta crucial de controle, baseando-se nos dados fornecidos pelo professor.

Destacou a experiência do professor José Augusto, que, ao longo do tempo, contribuiu com estudos de avaliação de estoque, convergindo para números semelhantes aos apresentados pela OCEANA. Ele expressou perplexidade diante das dúvidas sobre a eficácia da ferramenta para o próximo ano, uma vez que o acordo foi estabelecido desde 2018.

Sugeriu lançar um número com uma margem de segurança, considerando a taxa de 2024, e ressaltou a positividade na produção de 2023, apesar do valor da produção ter sido afetado pela queda nos preços devido à falta de mercado. Enfatizou que a biologia se concentra na biomassa, e a gestão pesqueira deve considerar esse fator ao estabelecer limites no CPG atual.

Por fim, concluiu incentivando a reflexão sobre a proposta, salientando que os dados de exportação não trarão surpresas e que, mesmo que haja componentes internos significativos, o registro trabalha com base nesses dados para um controle mais efetivo. Ressaltou que o avanço na gestão já está sendo alcançado ao definir limites de forma mais precisa.

O Senhor Raimundo Félix (CBPA) abordou, em sua fala, a pesca de lagosta, analisando o período de 2018 até o presente. Inicialmente, destacou a ausência de dados e incentivos na pesquisa, questionando a situação do IBAMA e da lagosta. Em seguida, expressou preocupação com a viabilidade da pesca, apesar de uma temporada considerada boa e refletiu sobre a queda de valor na produção e a resistência dos pescadores diante de desafios como a falta de reconhecimento e promessas não cumpridas. Com isso, enfatizou a importância do mapa de bordo e a necessidade de investimentos em pesquisas. Por conseguinte, abordou o impacto na pesca artesanal, especialmente em relação a embarcações maiores. Por fim, propôs uma estratégia para compreender a biomassa, identificar embarcações ativas e resgatar práticas eficazes do passado.

O Senhor Martin Dias (OCEANA) compartilhou a angústia do CONEPE em relação à lentidão no progresso, mencionando documentos de 2019 que propunham limites de captura. Destacou a ausência de controle de esforço na pesca de lagosta,

sublinhando a concentração da produção em poucas empresas. Enfatizou logo em seguida, a relevância do monitoramento e controle, propondo a ideia de um limite de captura não como uma meta a ser atingida, mas como um teto a não ser ultrapassado, independentemente dos valores específicos. Assim, expressou preocupação com a falta de ação e sugeriu avanços na discussão sobre a forma de monitoramento e controle. E por fim, concordou com o CONEPE e sugeriu dar continuidade a uma discussão iniciada há cinco anos sobre o conceito apresentado.

O Senhor Lindomar Lima (CONFESPA), ao abordar o debate sobre o estabelecimento de um limite de captura na pesca da lagosta, percebeu um consenso em torno dessa necessidade, considerando a extensão do diálogo ao longo dos anos. Contudo, ele enfatizou a importância de uma abordagem mais elaborada para o setor artesanal, especialmente para as embarcações a vela, a fim de mitigar as disparidades existentes.

Foi recordada uma proposta de 2019 que sugeria autorizar as embarcações a vela a iniciar a pesca um mês antes, buscando equilibrar os esforços desproporcionais entre diferentes tipos de embarcações.

O Senhor Lindomar Lima também compartilhou sua perspectiva de que o monitoramento mais eficaz ocorre nas indústrias, que possuem informações detalhadas sobre a pesca. Portanto, propôs a utilização de uma plataforma governamental para coletar e compartilhar esses dados, visando maior transparência e controle na atividade pesqueira.

O Senhor Leonardo Figueiró (CNPA) frisou que o monitoramento e controle do estoque pesqueiro são fundamentais antes de estabelecer cotas. Em que, o objetivo é evitar danos ao ambiente marinho e garantir a sustentabilidade da pesca. Defende-se que essa seja a premissa básica antes de considerar futuras cotas.

Observou-se que, desde 2012, o pescador vem enfrentando desafios, como o limite de 6 meses no defeso da lagosta. Em 2017, com a aprovação da reforma trabalhista, os pescadores foram prejudicados na obtenção da sexta parcela do seguro defeso, resultando em um prejuízo considerável. Eventos como o derramamento de óleo em 2019 e a pandemia em 2020 e 2021 também afetaram negativamente a atividade pesqueira.

Em relação à proposta de cotas, o Sr. Leonardo Figueiró (CNPA) destacou a necessidade de estudos científicos e socioambientais. Salientou não ser contra cotas,

desde que haja uma análise aprofundada de seu impacto social. Nisto, ressaltou a importância dos sindicatos e entidades representativas na discussão, defendendo a realização de estudos sobre o impacto social da implementação das cotas.

O Senhor Leonardo Figueiró (CNPA) criticou a adoção apressada de cotas sem um estudo adequado por parte do Ministério da Pesca e Aquicultura, solicitando levantamento prévio de dados para embasar a decisão. Destaca que, ao estabelecer cotas, é necessário considerar o aspecto social, evitando prejuízos aos pescadores.

Durante a fala, também foi mencionada a proposta de realizar o monitoramento pelos próprios pescadores, com a distribuição equitativa de cotas com base nos números de embarcações e pescadores. A necessidade de estudos socioeconômicos específicos para os pescadores artesanais é enfatizada como um ponto crucial para uma decisão justa e equilibrada.

O Senhor Jairo Gund (ABIPESCA) também se alinha à questão da cota, reconhecendo-a como uma medida de gestão crucial para o sucesso em vários casos. Apesar de uma postura menos dramática em relação ao termo "limite de captura" ou "cota", a preocupação reside na forma como esse processo é iniciado para minimizar traumas. Não se trata apenas de adotar o termo "cota", mas de como o processo é iniciado.

A falta de cotas pode resultar, eventualmente, em uma espécie bloqueada de captura devido à vulnerabilidade ou ameaça de extinção. O ponto central da discussão é o início desse processo para evitar dificuldades para os pescadores. Experiências traumáticas com cotas frequentemente decorrem de inícios igualmente traumáticos, destacando a importância de iniciar o conceito de cotas de maneira menos prejudicial.

O gestor público é responsável por esse equilíbrio, enquanto a parte científica se concentra na análise ambiental específica. A sugestão é dar um passo inicial, talvez com um número de cota mais distante, para evitar traumas, mas reconhecendo que esse é o primeiro passo para avanços.

O ideal seria um passo inicial com estudos mais recentes e números que causem um impacto menor. O monitoramento nas indústrias, embora não ideal, é visto como o primeiro passo, com a necessidade de precaução para evitar consequências prejudiciais aos pescadores. Jairo conclui expressando apoio à cota, mas enfatizando a necessidade de cautela em sua implementação dada a complexidade do monitoramento e pesquisa no Brasil.

A Senhora Maria Martilene (MPP) destacou que, ao longo das discussões do dia, não foram abordados de forma contundente os potenciais impactos socioeconômicos decorrentes do estabelecimento de um limite de captura da lagosta na vida dos pescadores artesanais. Ela questionou se algum estudo nesse sentido foi realizado e se será compartilhado com o grupo. Além disso, reforçou a pergunta anteriormente feita aos representantes do MMA sobre a implementação da cota da tainha na região Sul e pediu uma avaliação dos ministérios acerca dessa experiência.

O Senhor Francisco Ozina (SINDFRIO) expressou que não vê dificuldades em estabelecer o limite, considerando que atualmente a pesca ocorre ao longo de seis meses, cada pescador de acordo com a capacidade de suas embarcações, o qual não acredita que a cota será ultrapassada em cinco meses. Além disso, destacou que o controle realizado pelos frigoríficos é excelente, afirmando que o governo tem acesso a todas as informações das indústrias, incluindo notas fiscais de entrada e saída, e que todos os controles são bem executados e organizados. As indústrias enviam todas as informações para o Ibama, MPA e outros órgãos. Assim, ele argumenta que não há dificuldade em implementar o controle e que é uma questão de vontade e iniciativa. Caso não tenha sucesso, é possível ajustar o sistema, mas é crucial tomar medidas para começar a controlar efetivamente a biomassa.

O Senhor Francisco Bezerra (Colônia Z-33) afirmou que se houver um limite de cota, o pescador poderia pescar por aproximadamente 5 meses. O que deve ser ajustado é a legislação do seguro-desemprego, não para aumentar o seguro, mas para dar ao pescador a oportunidade de, nos 3 meses restantes, se dedicar a outra captura de peixe. Os outros pescadores que só pescam peixe e sobrevivem do mesmo modo, sem ter seguro. O desafio central dessa abordagem é que o pescador que se dedica à pesca da lagosta está impedido de pescar durante o defeso, e se for pescar, mesmo peixe, ele perde o seguro. Se a lei permitir que, durante o período de temporada parada, ele receba o seguro por 5 meses e dedique os 3 meses restantes à pesca de peixe, seria uma recomendação crucial. Essa medida pode ser testada ao longo dos anos, proporcionando uma oportunidade para avaliação sua eficácia, pois, do contrário, não conseguiremos progredir, enfrentando dificuldade após dificuldade.

O Senhor Antônio Lezama (MMA) sugeriu que as discussões sobre os impactos socioeconômicos decorrentes do estabelecimento da cota sejam retomadas na manhã do dia seguinte.

A Coordenadora Ormezita Barbosa (MPA) destacou que uma das perguntas da Sra. Martilene, relacionada à experiência com a cota de pesca da Tainha no Sul do Brasil, não havia sido respondida. Ela questionou os representantes do MMA sobre a possibilidade de fornecerem uma resposta para essa indagação.

O Senhor Roberto Galluci (MMA), em resposta a Sra. Martilene, expôs que cada espécie teria uma especificidade no limite de captura anual. Não é possível aplicar o modelo da tainha porque o controle da tainha é feito sobre apenas duas frotas, enquanto a lagosta envolveria todas as frotas, atingindo um limite máximo. No caso da tainha, apenas as duas frotas param, pois foi avaliado que elas têm um maior poder de pesca e potencial durante uma safra abundante de tainha. Elas podem criar o cerco rapidamente, enquanto o restante da pesca artesanal não conseguiria capturar na mesma velocidade.

Além disso, o MPA já possui um sistema de monitoramento e controle de cotas para a tainha. Poderia ser adotado um sistema semelhante para controlar o limite máximo da lagosta.

Às 17:00, a Sra. Ormezita Barbosa concluiu o primeiro dia de reuniões do CPG lagostas.

3.8 “DIAGNÓSTICO, AVALIAÇÃO DE ESTOQUES, MEDIDAS DE MANEJO E TOMADA DE DECISÃO NA PESCA DE LAGOSTA” - PROFESSOR DOUTOR HUMBER AGRELLI ANDRADE (MOE/UFRPE)

O Professor Doutor Humber Agrelli Andrade (MOE/UFRPE), apresentou um diagnóstico abordando a avaliação de estoques, medidas de manejo e o processo decisório na pesca de lagosta.

Inicialmente, discutiu-se a importância de fontes de controle, como o Comex, que fornece informações cruciais sobre exportação, vital para a pesca de lagosta. Em relação ao ano de 2024, destacou a necessidade de recursos para coletar informações, ressaltando a importância da coleta de dados específicos que muitas vezes não estão disponíveis publicamente.

A meta para o próximo ano é focar nas fases intermediárias do processo, como a comercialização, processamento, embalagem, exportação e envolvimento das empresas. O Sr. Agrelli Andrade destacou a importância de parcerias para obter dados que complementem as informações tradicionais, como esforço de captura.

Foram apontadas várias informações de interesse, como quantidades e estocagem, duração do armazenamento, volumes comprados e comercializados, proveniência da captura e detalhes sobre as variedades de pesca entre estados.

Ao abordar as fontes de entrada da matéria-prima, o Sr. Agreli Andrade mencionou a necessidade de responder questões específicas sobre modalidades de pesca, mas destacou as dificuldades em obter dados concretos.

O Professor Doutor delineou a estratégia para 2024, concentrando-se inicialmente no Ceará e Pernambuco, devido a facilidades logísticas e conhecimento mais profundo do segundo estado.

Enfatizou-se a importância da organização de dados antigos e novos, visando entregar um produto que possa ser acessado de maneira eficiente por todos os usuários, fornecendo séries históricas e facilitando discussões.

Na análise de estoques, o palestrante ressaltou a necessidade crítica de dados confiáveis, destacando desafios em avaliar medidas de captura, proporção sexual e tamanhos.

Quanto ao futuro, o Sr. Agreli Andrade propôs um programa de longo prazo para avaliação de decisões e regulamentações. Ele delineou a necessidade de estabelecer metas claras, acompanhando e medindo a efetividade ao longo do tempo. A proposta incluiu a criação de índices independentes e análises de efetividade.

Em conclusão, ressaltou-se a importância de uma abordagem organizada no papel, semelhante a um processo de análise de decisão, para facilitar o acompanhamento de regulamentações e decisões tomadas, permitindo uma avaliação objetiva de sua eficácia.

Durante sua intervenção, o Senhor Raul Cruz (FUNCAP) expressou seus elogios à apresentação do professor Humber. Em seguida, destacou um ponto específico abordado por Humber: a importância do dado independente da pescaria da lagosta. Atualmente, Raul está envolvido ativamente nesse processo, integrando o grupo responsável por lidar com a pesca da lagosta em sua fase final, buscando estabelecer relações entre a abundância e os limites de captura subsequentes.

O trabalho em questão teve seu início em 2013, abrangendo os anos de 2014, 2015, 2016 e 2017 na zona de Caraú, reconhecida como um ponto estratégico devido à sua significativa quantidade de recursos. Infelizmente, o desenvolvimento dos trabalhos de campo foi prejudicado por algumas interrupções decorrentes da

pandemia. No entanto, o Sr. Raul Cruz enfatizou o compromisso do grupo em retomar essas atividades. Em que, ressaltou a importância vital desse trabalho, fundamental para obter estimativas precisas de fatores que não dependem exclusivamente de novos dados, concentrando-se primariamente na pesca da lagosta.

O Senhor Breno Costa, da Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará, expressou sua compreensão em relação à apresentação dos dados. Ele busca confirmar se entendeu corretamente a proposta. Na essência, a ideia é definir um valor, um limite, que servirá como parâmetro. A partir desse ponto, serão realizadas variações anuais, permitindo avaliações sobre se estão acima ou abaixo desse limite. E questionou também se a proposta envolve a possibilidade de realizar ajustes com base nesses dados.

Em sua resposta, o Dr. Humber esclarece que, de fato, essa é uma possibilidade viável. Pode-se estabelecer um valor, critério, regra ou referência que o grupo considere interessante de ser alcançado. Em seguida, é possível acompanhar se o grupo conseguiu atingir, ultrapassar ou diminuir em relação a essa referência. Essa abordagem pode ser aplicada em várias áreas, seja em questões de cunho conservacionista, como a manutenção da pujança reprodutiva e biomassa reprodutiva, ou em aspectos econômicos, entre outros.

A ideia central é manter um referencial e avaliar continuamente se esse referencial está sendo alcançado. O Dr. Humber destaca a importância desse acompanhamento, observando que muitas vezes as discussões levam à definição de metas e referências, mas falta um monitoramento efetivo para determinar se o grupo está progredindo conforme o planejado. Essa lacuna na avaliação do progresso pode comprometer a eficácia das decisões tomadas.

Na sequência, o Sr. Breno Costa (SFPA/CE) levantou uma perspectiva adicional, sugerindo que todos considerassem outra situação para reflexão. Ele mencionou a importância da contribuição de todos, especialmente no que se refere à questão da informação e sua origem. O ponto crucial é entender de onde virão essas informações. Referindo-se à apresentação do professor Raul no dia anterior, Breno destacou que, por questões de tempo, não conseguiram concluir as discussões sobre a interferência de fatores como pluviosidade e vento na coleta de dados.

O Sr. Breno Costa trouxe à tona a preocupação sobre como esses fatores podem influenciar positiva ou negativamente os dados. Ele sugeriu que o Dr. Humber

abordasse a importância de ter dados precisos, especialmente no contexto das séries temporais, considerando períodos em que não há produção devido ao período de defeso. A falta de informações durante esses lapsos pode afetar a avaliação temporal. Assim, apontou a necessidade de uma análise estatística cuidadosa para evitar interpretações equivocadas, especialmente quando há uma queda aparente na produção durante o período de defeso, que na realidade não reflete a disponibilidade do estoque.

O Sr. Breno Costa pediu ao Dr. Humber para compartilhar suas considerações sobre como abordar essas questões climáticas na regulação e como lidar com essas nuances ao longo da avaliação das séries temporais.

Em resposta aos questionamentos feitos, o Dr. Humber Agreli esclareceu que ao realizar modelagem e análise de dados, existem diferentes formas de incorporar variáveis relevantes. Ele mencionou modelos de estoque convencionais, baseados apenas em dados de captura e esforço, mas destacou a importância de considerar fatores como pluviosidade e vento. O Dr. Humber Agreli sugeriu a colaboração com colegas pesquisadores para explorar a melhor forma de integrar esses elementos na análise.

Quanto à questão do período de defeso, O Dr. Humber Agreli explicou que ele não é contabilizado como uma parte em que o estoque não está produtivo, mas sim como uma fase sem esforço de pesca. Nesse contexto, destacou que, ao montar a análise, é crucial compreender que o defeso não afeta a estimativa do poder produtivo do estoque. Adicionar um período de zero esforço durante o defeso é essencial para representar corretamente uma captura baixa, não como resultado de baixa produtividade do estoque, mas devido à ausência de esforço de pesca.

O Senhor José Alberto, mais conhecido como "Beto Pescador", é membro ativo da CONFREM Brasil e pratica a pesca de lagosta em uma embarcação à vela. Participante assíduo dessas discussões desde os anos 90, ele acompanhou de perto a evolução dessa atividade ao longo do tempo.

Ao iniciar sua intervenção, destacou a importância crucial da CONFREM, enfatizando o papel fundamental desempenhado por seu programa de monitoramento de dados. Esse programa, segundo o Sr. José Alberto, fornece uma base valiosa para a tomada de decisões mais assertivas. Ele ressalta que a decisão final deve ter uma dimensão política, emanando do Estado brasileiro.

Durante o diálogo, foram levantadas duas questões relevantes. A primeira abordou a necessidade de incorporar em nosso programa uma janela para medir a influência das mudanças climáticas e da ação humana no litoral. Dada a complexidade do ciclo de vida da lagosta, que se estende desde águas profundas até manguezais, essa consideração foi destacada como fundamental.

Outro ponto abordado foi a viabilidade de realizar uma análise dos dados existentes para compreender a posição atual. Considerando que a maior parte da produção de lagosta, aproximadamente 80% a 90%, destina-se à exportação, o Sr. José Alberto propôs utilizar os dados mínimos disponíveis, como os de exportação, para compreender o volume de captura e seus impactos.

Dessa forma, questionou a relevância e a necessidade de conduzir uma análise desse tipo, realçando a importância de considerar as mudanças climáticas ao tomar decisões. Afinal, muitas vezes, os objetivos traçados podem não ser alcançados não apenas devido às ações diretas, mas também por influência de fatores externos que fogem ao controle dos envolvidos.

O Sr. Humber, apesar de não ter participado da reunião do dia anterior, percebeu, pelas últimas perguntas, que seria crucial para o grupo implementar uma análise das influências ambientais no projeto para 2024. Ele destaca a importância de estabelecer critérios claros, como o recrutamento, para uma avaliação mais específica.

Quanto ao Comex, o reconhece que pode ter falado rapidamente sobre o assunto. Ele se refere a um slide específico em sua apresentação, onde detalha como o Comex está contemplado no projeto, ressaltando que não se trata apenas do Comex, mas também de colaborações com todos os presentes e outros interessados. Sobre a avaliação, o Sr. Humber acredita que essa seja uma das poucas formas viáveis de iniciar a avaliação da captura nesta fase avançada do projeto.

Por fim, o professor destaca esses pontos para uma discussão mais aprofundada com o grupo, buscando uma compreensão comum sobre aspectos cruciais para o sucesso do projeto.

Sr. Ernesto, representante do CeDePesca, concordou com a apresentação do Professor Humber, reconhecendo-a como uma contribuição crucial para o futuro funcionamento do processo decisório do CPG. Destacou a importância de ter informações independentes do tipo da pescaria, considerando-as fundamentais para

fortalecer as avaliações dos estoques existentes.

Enfatizou a urgência na tomada de decisões, ressaltando que, para aprimorar as avaliações, as decisões precisam ser embasadas na melhor informação disponível. Observou que, infelizmente, a principal fonte atual é proveniente das exportações. No entanto, apontou a sorte de contar com informações detalhadas sobre as importações de lagosta, especialmente no que diz respeito aos comprimentos, proporcionando a oportunidade de realizar análises mais detalhadas, como evidenciado por pesquisadores anteriores.

O Sr. Ernesto dirigiu uma pergunta ao Professor Humber durante sua apresentação, indagando sobre a ausência de modelos baseados em comprimento entre os detalhados pelo professor. Buscou compreender se havia alguma razão específica para essa escolha de abordagem.

O engenheiro de pesca, Sr. Antônio Carlos Cavalcanti de Souza (SEAG-ES) destacou a peculiaridade da região sudeste, diferenciando-se das regiões norte e nordeste, e lamentou que essas diferenças não sejam devidamente consideradas nos mapas de bordo, em particular nas informações relacionadas à meteorologia. Ele enfatizou as condições adversas meteorológicas que afetam a atividade de pesca da lagosta, reduzindo efetivamente a janela de produção para apenas quatro meses, devido a ventos prejudiciais do sul.

A preocupação principal do Sr. Antônio Carlos centrou-se na possível imposição de um limite de captura que poderia impactar significativamente o estado do Espírito Santo. Ele argumentou que, ao estabelecer limites, é essencial levar em consideração não apenas os seis meses obrigatórios de parada, mas também as condições climáticas que reduzem efetivamente o período de pesca para três meses.

Além disso, o engenheiro mencionou intervenções prejudiciais na região, como a exploração de calcário no fundo do mar e a atividade petrolífera, que não são adequadamente consideradas nos mapas de bordo. Ele ressaltou a importância de aprimorar as informações disponíveis, destacando a deficiência atual, e expressou a necessidade de colaboração entre o setor científico e o setor pesqueiro para orientar decisões que favoreçam o desenvolvimento da atividade pesqueira na região.

Em resposta aos questionamentos, o Sr. Humber abordou diversos pontos, concentrando-se na particularidade do Espírito Santo, mencionada pelo Sr. Antônio. Ele reconheceu que o modelo atual não incorpora as nuances específicas de cada

estado, incluindo as condições meteorológicas adversas mencionadas. Destacou a limitação dos dados de exportação em fornecer detalhes específicos de cada estado, e ressaltou que as últimas avaliações de estoque não mostraram avanços significativos na obtenção de informações mais detalhadas ao longo dos anos.

O Sr. Humber concordou com a necessidade de uma abordagem mais detalhada para cada caso, reconhecendo que a falta de informações detalhadas limita a capacidade de realizar análises mais robustas e interessantes para embasar decisões. Ele compartilhou a frustração do Sr. Antônio quanto à escassez de detalhamento nas informações, ressaltando que a exportação continua sendo um ponto chave, assim como era há 10 a 15 anos.

Sobre a questão das informações deficientes e os possíveis impactos do limite de captura discutidos na reunião anterior, o professor expressou falta de informações detalhadas, uma vez que não participou da reunião, mas demonstrou interesse em compreender melhor como essas discussões podem afetar o Espírito Santo.

A Sra. Ormezita expressou seus agradecimentos pela presença e contribuição de todos os participantes, convidando o professor a prosseguir na reunião. Ela agradeceu a apresentação realizada e manifestou a expectativa de que, até o final do próximo ano, a pesquisa em andamento seja concluída, proporcionando subsídios cruciais para o processo de gestão.

Em continuidade, a Sra. Ormezita anunciou que a reunião seguiria com a apresentação do professor Marcello Tubarão, que compartilharia os resultados da pesquisa que tem conduzido junto às embarcações de pesca no estado do Rio Grande do Norte.

3.9 “DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DA PESCA DA LAGOSTA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE” - PROFESSOR MARCELLO TUBARÃO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SEMI ÁRIDO)

O objetivo principal da apresentação do Professor Marcello Tubarão foi discutir o "Diagnóstico Preliminar da Pesca da Lagosta no Estado do Rio Grande do Norte", um projeto liderado pelo Senhor Marcello Tubarão (FAEP/BR) em colaboração com a Superintendência de Pesca do estado.

Durante a apresentação, o Sr. Marcello Tubarão destacou a importância do

projeto, que visa realizar um mapeamento detalhado das embarcações utilizadas na pesca da lagosta. A pesquisa inclui a documentação visual, com fotografia de cada embarcação, registrando 20 pontos relevantes em cada uma delas.

A parceria com a Superintendência de Pesca foi reforçada, indicando uma colaboração estreita para monitorar o processo de vistoria das embarcações. O Sr. Marcello Tubarão mencionou que a meta é documentar aproximadamente 370 embarcações, proporcionando uma compreensão abrangente da frota de pesca da lagosta no Rio Grande do Norte.

O método adotado incluiu a coleta de impressões e informações diretamente dos tripulantes, visando entender os desafios e perspectivas relacionados à pesca. Além disso, o projeto pretende caracterizar a frota, alinhando-se às atividades de fiscalização da Superintendência.

O Sr. Marcello Tubarão compartilhou sua vasta experiência como engenheiro de pesca, mergulhador e capitão amador, destacando a importância de ações conjuntas e decisões para promover a inclusão social e contribuir para a soberania e segurança alimentar no Brasil.

Foi acentuada a participação ativa dos alunos da universidade no projeto, que segue uma metodologia clara, iniciando com o levantamento de dados de 2018, seguido pelo planejamento e execução das vistorias. A análise dos resultados buscará identificar mudanças na frota, incluindo migrações, alterações de nomes e endereços.

O Sr. Marcello Tubarão mencionou desafios enfrentados pelos pescadores, como questões relacionadas à infraestrutura nas praias. Ele expressou otimismo em relação ao potencial transformador do projeto em 2023, destacando a importância de resolver divergências para alcançar um resultado positivo.

A Senhora Valdimere Ferreira (SERMOP), trouxe uma importante atualização sobre a documentação da Marinha do Brasil.

Segundo a Sra. Valdimere, houve recentes alterações no sistema utilizado pela Marinha, resultando na supressão de alguns campos. O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) identificou esse problema e entrou em contato com a Marinha para buscar soluções.

Com isso, a Sra. Valdimere Ferreira informou que recebeu a confirmação de que o sistema já foi reajustado. Além disso, o Ministério conseguiu a inclusão de alguns campos específicos que foram solicitados, visando melhorar a qualidade das informações fornecidas. Os novos documentos a serem emitidos já conterão as informações que foram removidas no sistema anterior, refletindo as recentes atualizações.

O Senhor Francisco Bezerra (Colônia Z - 33) compartilhou que, em relação às navegações, a vela, que hoje em dia é substituída pelo motor e não é considerada no TIE (Título de Inscrição da Embarcação), apresenta uma característica peculiar. Ele esclareceu que, de acordo com a norma, as embarcações com até 5 metros de comprimento não são obrigadas a possuir documentação para a Marinha. Essa exigência é opcional. Quando alguém constrói uma embarcação de até cinco metros, inicialmente a utiliza com vela. Posteriormente, caso opte por adicionar um motor de rabeta, a Marinha registra essa alteração. O proprietário, ao adquirir o motor, deveria fornecer uma nota fiscal ou recibo, mas muitas vezes isso não ocorre.

Portanto, nas informações registradas pela Capitania, a embarcação é classificada como vela, justificando a presença da designação associada à vela. A questão da opção nessas navegações reside no fato de que a medição é baseada apenas no tamanho da embarcação. Se o proprietário desejar, pode solicitar a medição de boca, largura e calado, mas, conforme as exigências da Marinha, embarcações com até 5 metros não são obrigadas a ter documentação. Dessa forma, a obtenção do documento para embarcações desse porte é facultativa.

O Senhor Felipe Goyanna (SFPA/CE) informou sobre a renovação das licenças no Rio Grande do Norte, que ocorreu em 2018, com uma validade de três anos. Destacou-se também que as licenças estão vencendo este ano, o que motivou o recebimento das renovações. A discussão se aprofundou na análise do porquê desse recebimento imediato e como isso se relaciona com o vencimento das licenças.

Foi ressaltada a importância do acesso a informações atualizadas sobre renovações, títulos, endereços e mudanças de proprietários, facilitando assim o planejamento das próximas etapas, incluindo as vistorias in loco. No contexto do Ceará, foi mencionado que o processo de renovação parou em 2016, sendo que a

renovação legal ocorreu até 2017, em conformidade com a legislação vigente.

Outro ponto relevante abordado foi a questão das transformações nas embarcações, em especial, as alterações de tamanho e características. O exemplo da mudança dos TIEs foi citado, evidenciando a prática de modificação das embarcações ao longo do tempo. A discussão se estendeu para as implicações dessas transformações nas medições, títulos, e na legislação em geral.

Houve também a reflexão sobre a necessidade de lidar de maneira mais prática com as transformações, especialmente aquelas que resultam em pequenas variações nas medidas, exigindo anuência de Brasília. A preocupação com a falta de clareza na legislação e a necessidade de uma interpretação mais flexível foram levantadas como pontos de atenção.

O tópico da descentralização das ações ganhou destaque na reunião. Foi ressaltada a importância de compartilhar responsabilidades com estados e municípios, buscando uma abordagem mais colaborativa.

3.10 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE AJUSTES

Após o intervalo, a Sra. Ormezita retomou a reunião destacando a proposta de ajuste discutida no dia anterior. O documento, que apresenta a proposta, foi enviado por e-mail, incluindo a lista de participantes confirmados e assinaturas. Aprofundando-se na questão do limite de captura anual, a proposta foi detalhada, ressaltando os subsídios utilizados para sua elaboração.

A Sra. Ormezita lembrou a apresentação do pessoal do MMA, mencionando a Portaria MPA/MMA nº 3, de 2023, que já aponta a perspectiva do estabelecimento do Limite de Captura Anual (LCA) a partir de 2024. A proposta inicial sugeria um LCA unificado para lagosta vermelha e verde, sendo controlado pelas indústrias de exportação. A interrupção da pesca seria acionada ao atingir um determinado gatilho, ainda não definido.

Durante a discussão, foram levantadas preocupações sobre possíveis impactos sociais e a necessidade de aprofundamento nesse aspecto. A reunião retomou a proposta e abriu espaço para a convergência de ideias e a sistematização de questões relacionadas ao LCA. A Sra. Ormezita mencionou previsões futuras sobre o

tamanho mínimo da lagosta e a pesca de lagosta viva, abrindo a discussão para convergências e apontamentos.

Carlos Eduardo Villaça (CONEPE) compartilhou sua perspectiva sobre o conceito de limite de captura, enfatizando a diferença entre o que é capturado e o que é exportado. Ele destacou a importância de considerar que a discussão está mais relacionada ao exportado do que ao capturado, e ressaltou que a referência principal é o Siscomex.

Além disso, concordou com pontos levantados anteriormente, destacando três pontos cruciais que precisam ser discutidos. O primeiro ponto, o limite de captura relacionado à exportação, foi considerado mais fácil de consensuar. Carlos Eduardo enfatizou a necessidade de compromisso do estado no momento de fortalecimento, garantindo que as normas estabelecidas sejam obedecidas. Ele alertou sobre a presença de vendedores informais nas praias, uma questão que precisa ser combatida, sendo necessário envolvimento dos órgãos responsáveis.

Sugeriu trabalhar com a faixa de 5350 toneladas e considerar as duas lagostas juntas, sem separação nesse momento. Destacou a importância de trabalhar com uma unidade comum, grupos de lagosta, e refinamento posterior. O Sr. Carlos Eduardo ressaltou a necessidade de consenso e a importância de avançar na discussão para evitar prolongamentos desnecessários.

O Sr. Raimundo Félix da Rocha, representando o CBPA, expressou sua busca por alternativas para resolver os desafios enfrentados pela pesca, especialmente a pesca da lagosta. Ele enfatizou a importância de uma autoconfiança direta e de ter uma visão clara da situação atual.

O Sr. Raimundo concordou com o professor sobre a relevância do limite de produção para compreender a atividade pesqueira. Ele destacou a necessidade de conhecer a metodologia de captura, ressaltando a importância de considerar o que entra nas empresas para uma contabilização adequada.

O ponto levantado por Beto sobre a contabilização dos meses pendentes no seguro defeso foi abordado pelo Sr. Raimundo Félix da Rocha, que destacou a importância de entender e resolver essas questões. Ele propôs uma abordagem mais

clara na contabilização, especialmente considerando a entrada nas empresas.

O Sr. Raimundo compartilhou sua intenção de aproveitar o trabalho realizado pelo Ibama em 2017, apresentado por representantes do Espírito Santo, como uma base para aprimorar as ações atuais. Ele enfatizou a necessidade de dar voz aos pescadores e compreender suas expressões e realidades.

Expressando concordância com a sugestão de buscar entendimento e alternativas, Sr. Raimundo ressaltou a importância de clareza e consenso, evitando discussões prolongadas. Ele também mencionou a existência de dúvidas quanto à Portaria 113 e propôs a busca por uma alternativa trabalhada e consensuada para garantir um entendimento claro e evitar discordâncias.

Por fim, o Sr. Raimundo expressou sua preocupação ao não ouvir a participação de José Augusto, reconhecendo a capacidade e conhecimento desse representante na sala. Ele levantou a questão e aguardou a participação de José Augusto.

O Sr. Jairo Gund, representante da ABIPESCA, registrou a posição da associação em relação à preocupação com o desdobramento do CPG. Ele expressou a necessidade de trazer encaminhamentos para evitar a falta de definição até 2024. Destacou a importância de estabelecer algum caminho, considerando a norma já estabelecida para o próximo ano.

A preocupação de Jairo Gund estava centrada na possibilidade de não chegar a um consenso, o que levaria a um acúmulo para o próximo ano, sem definição clara de cotas e com o tamanho mínimo de 14 cm. Ele ressaltou a importância de sustentar o padrão de 13 cm de tamanho mínimo, especialmente para não prejudicar os pescadores artesanais e as indústrias.

Propôs que, mesmo que não haja consenso sobre o valor da cota, pelo menos uma média dos últimos cinco anos seja considerada como encaminhamento. O Sr. Jairo Gund argumentou que isso forneceria uma base estável, independentemente de ser vista como boa ou ruim, e destacou a necessidade de estabelecer um conceito firme de gestão de cota, conforme proposto pelo MMA.

Foi enfatizado que a proposta não visava definir um valor específico, mas sim estabelecer um caminho claro para evitar a sensação de improdutividade na agenda.

A ideia era garantir a continuidade da pesca com base no histórico dos últimos cinco anos, mantendo o padrão de 2023 para 2024 em relação ao tamanho mínimo e à obrigatoriedade de captura viva, proporcionando uma sinalização positiva para a gestão.

O Sr. Antônio Carlos Cavalcanti de Souza (SEAG-ES) expressou preocupação em relação ao estabelecimento dos limites de captura e os procedimentos para a sua distribuição. Ele destacou que a definição de cotas precisa ser feita com responsabilidade, considerando os impactos irreversíveis e as reclamações que poderiam surgir posteriormente.

A principal preocupação do Sr. Antônio Carlos é sobre como as cotas serão divididas e quais serão os procedimentos adotados. Ele ressaltou a complexidade do ordenamento da lagosta, enfatizando que as características oceanográficas únicas do Espírito Santo o tornam diferente das regiões norte e nordeste. Além disso, questionou a justiça na distribuição das cotas, considerando a produção local e alertou para o risco de prejudicar o estado do Espírito Santo com base em quantidades pescadas. Ele defendeu a necessidade de uma revisão mais aprofundada sobre o estabelecimento de cotas, argumentando que informações mais concretas são essenciais antes de tomar decisões arriscadas.

No que diz respeito à questão da lagosta viva, ele mencionou a ausência de programas de crédito específicos para atender às demandas da frota. Ele propôs a criação de um programa de crédito, possivelmente vinculado ao Pronaf, para auxiliar os pescadores a se adequarem às novas exigências.

O Sr. Antônio Carlos também abordou a complexidade do controle do tamanho da lagosta, destacando que a fiscalização efetiva ocorre nas embarcações, e não necessariamente na indústria. Ele concluiu ressaltando que é cedo demais para estabelecer limites de captura, defendendo a necessidade de mais informações antes de tomar decisões nesse sentido.

O Sr. José Francisco Dos Santos, da FEPERN, compartilhou durante a reunião de novembro de 2023, informações obtidas em uma palestra realizada pelo núcleo de economia da UFC em parceria com a França. Essa palestra buscou tabular dados sobre a pesca, especialmente relacionados à economia. Santos destacou um gráfico

interessante sobre a comercialização da lagosta para exportação ao longo dos anos. Ele sugeriu que esse gráfico oferece uma boa noção da situação da lagosta nas últimas décadas, podendo subsidiar discussões futuras.

O gráfico foi apresentado por um grupo chamado NEEMA, vinculado à FEAC na UFC, e disponibilizado como parte de um projeto gerido pelo governo estadual. Santos enfatizou que esse dado pode ser fundamental para debater e entender os resultados das regulamentações implementadas em 2007 e suas consequências na produção de lagosta até 2011, quando houve um crescimento seguido por um declínio.

Ele ressaltou a importância de discutir as razões por trás desse declínio, considerando que a cota proposta de 5000 t pode não fazer sentido se a produção real não a alcança há mais de 10 anos. Além disso, Santos expressou a necessidade de regulamentar adequadamente novas modalidades de pesca, como o mergulho, antes de discutir cotas e gestão de recursos.

Em sua opinião pessoal, ele destacou a importância de avaliar a aceitação de novas modalidades, como o mergulho, e, se aprovadas, garantir uma fiscalização efetiva. Ele enfatizou que a gestão eficaz dos recursos pesqueiros só pode ocorrer com base em dados reais e produções corretamente registradas.

O Sr. José Augusto abordou o processo de gestão da lagosta no Brasil, destacando a importância do conhecimento ideológico e biológico no desenvolvimento das medidas de gestão. Ele mencionou a necessidade de considerar as questões sociais e ecológicas de maneira mais ampla, adotando uma abordagem ecossistêmica recomendada pela FAO.

Apesar da escassez de informações recentes, José Augusto ressaltou a importância de avaliar o puerpério, indicando a necessidade de uma abordagem mais aprofundada sobre a reprodução e a abundância de larvas para compreender melhor o estoque reprodutor.

Ele enfatizou a redução do estoque de lagosta ao longo dos anos e a necessidade de medidas para sua recomposição. Também mencionou a importância de considerar os fatores ambientais, como ventos e correntes, na gestão da lagosta.

Quanto ao padrão de pesca, José Augusto apontou a diversidade de métodos

utilizados e a falta de informações sistematizadas sobre a distribuição e intensidade dessas práticas. Ele destacou a necessidade de avaliar o esforço de pesca atual, considerando a falta de fiscalização e a ausência de dados estatísticos e amostragem de desembarques.

Sua visão pessoal envolve o amadurecimento das condições antes da implementação de cotas, sugerindo que as decisões devem ser baseadas em informações sólidas. Ele também expressou preocupação com a falta de fiscalização do Ibama e sugeriu aguardar os resultados do projeto liderado pelo professor Humber para embasar futuras decisões relacionadas à gestão da lagosta.

O Sr. Eloy Araújo, representante da PESCA BR, compartilhou sua perspectiva sobre a implementação de cotas na pesca de lagosta. Ele expressou a opinião de que a cota é inevitável, mas destacou uma preocupação crucial relacionada ao processo. Eloy questionou quem terá permissão para pescar e quais embarcações terão direito a essa cota, levantando a questão do grande problema de cadastro existente.

Ele mencionou a discrepância entre o número de embarcações registradas na Capitania do Ceará (6000-7000) e as registradas no Ministério da Pesca (cerca de 3000). Eloy ressaltou a importância de resolver o problema da regularização da frota, indicando que se essa questão não for abordada, todos podem ser prejudicados, resultando em produções alarmantes e desordenadas.

Portanto, apesar de reconhecer a importância da cota, Eloy destacou a necessidade de resolver as questões relacionadas ao cadastro e regularização da frota para garantir uma implementação eficaz e justa das cotas na pesca de lagosta.

O Sr. Carlos, representante do CONEPE, inicialmente, abordou a diferença na perspectiva entre a produtividade do oceano, mencionada por José Augusto, e a produtividade da embarcação, enfatizando que não houve desrespeito, apenas uma explicação para esclarecer essa distinção.

Em relação ao Sr. Antônio, do Espírito Santo, o Sr. Carlos observou que a proposta de controle seria feita pelas entradas nas empresas processadoras/exportadoras. Ele levantou a questão de se o Espírito Santo possui esse tipo de processamento para exportação de lagosta e mencionou que, se não, a

influência na frota capixaba seria limitada.

O Sr. Carlos então abordou a necessidade de coragem e uma atitude corajosa para avançar nas decisões, ressaltando que a proposta atual visa manter a média, e não um corte percentual específico. Ele expressou seu desejo de evitar mais um ano de indefinições e pediu foco na discussão atual sobre a cota, sugerindo que a reunião siga uma ordem mais organizada, permitindo que os membros e convidados se expressem de maneira eficaz.

A conclusão do Sr. Carlos enfatizou a importância de progredir nas decisões, evitando a falta de avanço nas reuniões anteriores e expressando agradecimento.

A Sra. Rochelle Cruz de Araújo Bezerra, representante do CeDEePESCA, expressou o desejo de retomar a discussão sobre a proposta 2, referente ao plano de gestão e ao restabelecimento de um limite de captura. Ela ressaltou que a adoção dessa cota tem sido debatida por muitos anos, desde a aprovação em uma reunião do comitê, aproximadamente em 2017, e a formação de um grupo de trabalho em 2018.

A representante indicou que, apesar das discussões recorrentes, a implementação efetiva da cota tem sido um desafio. Ela destacou o esforço contínuo do CeDePESCA, em parceria com empresas de exportação, na realização de sete avaliações de estoques para a lagosta vermelha e uma para a lagosta verde, sendo esta última a única avaliação disponível no Brasil até 2020.

A Sra. Rochelle afirmou que o recurso para ambas as lagostas está sobrepescado e salientou que a cota é uma medida crucial para a recuperação do recurso. Ela pediu avanços nas discussões, pois, após dois dias de reunião, as principais pautas sobre a regulamentação do mergulho e a adoção do limite de captura ainda não foram resolvidas.

A representante do CeDePESCA sugeriu que a cota seja estabelecida em torno de 5000 toneladas para ambas as lagostas. Além disso, propôs que o plano de gestão mencione que a pesca será gerida com base em um limite de captura, mas sem especificar o valor exato. Ela argumentou que isso permitiria uma revisão anual do plano para ajustar o valor da cota conforme necessário.

Concluindo, Rochelle expressou o desejo de que a reunião finalize com a definição do limite de captura e o compromisso de implementá-lo.

A Sra. Cláudia, representante do Ibama, apresentou algumas considerações em relação à evolução do estabelecimento de cotas, especialmente no caso da lagosta, onde se vislumbra um avanço significativo. Ela expressou a preocupação de que a definição de cotas individuais possa levar a uma corrida, desfavorecendo aqueles com menor potencial de pesca, e destacou a importância de evitar que a cota seja atingida muito antecipadamente, prejudicando a pesca para todos.

Foi mencionado um método utilizado anteriormente, que consistia em realizar uma matemática reversa para definir o número de covos por barco, considerando a estimativa de produção de cada barco e a informação biológica disponível. Ela propôs a criação de um grupo menor de pesquisadores para discutir a definição de cotas individuais por tipo de embarcação, levando em consideração aspectos sociais, como no caso das jangadas.

A representante do Ibama ressaltou a possibilidade de evolução na regulamentação da pesca da lagosta, especialmente com o apoio das empresas exportadoras no controle de entrada. Ela sugeriu que a cota seja um meio de controlar a produção enquanto as discussões sobre os petrechos de pesca avançam. Cláudia enfatizou a importância de garantir o aspecto social, propondo cotas individuais que permitam a sustentabilidade das jangadas.

Além disso, a Sra. Cláudia abordou as ações do Ibama em relação à fiscalização da pesca, mencionando investimentos para o próximo ano, aquisição de lanchas próprias e colaboração com a Marinha do Brasil para resolver questões relacionadas às marcações no RGP. Ela expressou otimismo em relação à evolução das medidas de controle, mencionando a possibilidade de definir cotas com o envolvimento do Ibama na discussão.

O Sr. Martin Dias (OCEANA BRASIL) expressou concordância com diversas posições apresentadas durante a reunião, destacando a importância do consenso em relação ao limite de captura. Ele mencionou que, considerando as propostas e preocupações apresentadas por diferentes entidades, a definição do limite de captura

parece ser a medida com maior potencial de consenso e benefício para todos os envolvidos.

Martin discordou da ideia de não fazer nada, enfatizando a necessidade de tomar decisões mesmo diante da incerteza e do medo de cometer erros. Ele ressaltou a importância de aproveitar a oportunidade atual para avançar na questão do limite de captura, considerando-o como uma maneira de distribuir de forma mais democrática o impacto da pesca controlada.

O representante da OCEANA destacou que a implementação do limite de captura pode ser um passo crucial para lidar com problemas como pesca ilegal e inconsistência de dados. Ele comparou a situação a construir um carro, onde o primeiro passo seria ter um teto de importação para trazer ordem à situação. Martin afirmou que a imposição do limite proporcionaria segurança e permitiria abordar outros desafios, como o recadastramento.

Ele observou que, atualmente, não há impedimentos para a produção atingir números elevados, mencionando que o controle é de 30 milhões de covos por dia, e ressaltou que a imposição de um limite traria estabilidade e uma base para lidar com outros problemas. Ao final, ele apontou para a importância de iniciar com um teto de implantação para a gestão eficaz da pesca da lagosta.

O Sr. Martin Dias (OCEANA BRASIL) comentou que o primeiro avanço na gestão da pesca da Lagosta é a avaliação dos estoques, visto que é um gargalo de extrema prioridade. Além disso, resalta a importância de um consenso no que se refere ao limite de captura, pois as normas vigentes se encontram distante do cenário real. O Sr. Martin finalizou ao demonstrar iniciativa de cooperação, e se colocou à disposição do MMA para contribuir nesse sentido.

Em seguida, o Sr. Eloy Araújo (PESCA-BR) mencionou sobre a incongruência na fiscalização no quantitativo das embarcações que realizam a captura da lagosta, pois favorece demasiadamente o esforço de pesca. Segundo ele, não tem como quantificar contas individuais para cada embarcação, porque a partir disso será criado um mecanismo de “vendas de cota” que compromete toda a gestão de pesca.

Por sua vez, o Sr. Ernesto Júlio Goldman (CeDePESCA) explicou alguns temores, os quais sugerem novas propostas de contribuição do limite de captura. De acordo com suas palavras: “No Brasil, um dos problemas agravantes, é a ausência de estatísticas pesqueiras e de um sistema eficiente para definição da captura real. Esse dilema deve ser trabalhado para a busca de melhores soluções”. Conclui que não tem a possibilidade de controlar a captura de forma direta, pois não existe monitoramento. No entanto, uma forma indireta seria controlar a produção nas próprias plantas de beneficiamento, desconsiderando vistorias. Por fim, destacou que a falta de informação não pode ser argumento para adiar as medidas de gestão.

Ademais, o Sr. Humber Angreli (UFRPE) fez uma observação a respeito da imaturidade em se falar das cotas individuais, pois promove desigualdade exacerbada entre os pescadores. Segundo ele, é necessário pensar um pouco no impacto social que isso pode causar em curto prazo.

Por conseguinte, o Sr. Roberto Galluci (MMA), frisou que o MMA defende a proposta de um limite de captura anual, para se evitar, em algum ano de grande disponibilidade da lagosta, a sua captura muito acima do seu limite de recomposição biológica. Sugeriu a recomendação dos estudos de avaliação de estoque, os quais devem ser continuamente aprimorados, porém, já existem esses estudos preliminares e apontam para um limite que está dentro da capacidade de recomposição dos estoques. Além disso, destacou interesse e motivação na gestão da lagosta, ao introduzir mais dados da entrada de lagosta nas empresas de exportação e, a partir daí, começar também a verificar os dados das capturas pelas frotas. Investigar com mais rigor em quais áreas está havendo mais capturas.

Essas inferências citadas foram complementadas pelo Sr. Antônio Lezama (MMA) que advertiu a necessidade de utilizar os dados que já existem. Os dados que já se tem mostram que é possível ter um esboço de medidas de gestão controláveis que não causem impactos na diminuição das capturas. Dessa forma, concluiu, que todo esse viés será avaliado para formulação de um sistema que seja cada vez melhor e justo.

No horário de 12h24, a coordenadora Sra. Ormezita Barbosa (DEPOP/SNPA/MPA) encerrou a reunião, e assim foi realizada a pausa para o almoço.

4. RECOMENDAÇÕES DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CPG LAGOSTA

Às 14h11, foram encaminhados o alinhamento, a leitura e a discussão das 6 novas recomendações sugeridas, como consta na lista de Recomendações da 2ª Sessão Ordinária. A Coordenadora Ormezita Barbosa (DEPOP/SNPA/MPA) iniciou a construção conjunta com os membros das Recomendações da 2ª Sessão Ordinária do CPG Lagosta, conforme estabelecido na Portaria SAP/MAPA nº 554, de 21 de janeiro de 2022, que trata do Regimento Interno da Rede Pesca Brasil. As recomendações encontram-se discriminadas na Tabela 01, em anexo neste documento.

A recomendação 1 **REC 1/2023** consiste em instituir o Grupo Técnico Científico – GTC Lagosta e agendar a primeira reunião. Os responsáveis serão os membros do MPA e o prazo para atendimento será de 30 dias.

A recomendação 2 **REC 2/2023**: Instituir o GT Mergulho, contemplando como convidadas as organizações do setor pesqueiro artesanal que manifestaram interesse e pesquisadoras/es, e agendar a primeira reunião. A Cláudia Ramos (IBAMA) afirmou que o Ibama, cumprindo o seu papel, terá uma agenda de fiscalização atuante.

Em seguida, também foi aprovada a “**REC 3/2023**: Estabelecer para a safra de 2024 o limite* de captura de lagostas (verde e vermelha). O controle se dará pela consolidação de formulário de entrada de matéria prima nos estabelecimentos processadores. *Submeter ao GTC as propostas apresentadas de valor do limite de captura anual. (Entre 5200 e 5500 toneladas). O Sr. Eloy Araújo (PESCA-BR) criticou a ineficácia do preenchimento do mapa de bordo, pois muitas vezes abre brechas para irregularidades. O Sr. Ernesto Júlio Goldman (CeDePESCA) sugeriu a inclusão de dados de produção das plantas de beneficiamento diretamente, pois esses instrumentos vão fornecer os dados da produção. O Sr. Humber reforçou que na verdade, cálculo da cota do limite que foi feito até então, normalmente é baseado na lagosta total capturada e não na exportação.

Com o intuito de melhorar a redação da **REC 3/2023**, o Sr. Jairo Gund (ABIPESCA) sugeriu como primeiro item de pauta a definição da cota, aí sim, depois se

define como será a sua aplicação. Já o Sr. Carlos Eduardo (CONEPE), asseverou estabelecer para o ano de 2024 o limite de captura do equivalente ao peso inteiro.

Com relação a **REC 4/2023**: Avaliar a necessidade de medidas de compensação das diferenças na capacidade de pesca e de impactos socioeconômicos para as embarcações a vela. A discussão em torno da **REC 4/2023** foi acalorada com intensas e longas observações a fim de se garantir a coerência da redação do texto, de forma que não haja possibilidades para diferentes interpretações e, sobretudo, que essas ideias não confrontem alguma normativa.

Destarte, o Sr. Martin Dias (OCEANA BRASIL) contestou que o texto poderia ser “avaliar a necessidade de medidas de compensação, ou seja, discutir, uma entrada antecipada, pode ser uma autorização complementar, ou outros fatores”. O controle das empresas deve ser claro com necessidade de avaliação. Para finalizar, afirmou que não ignoraria essa recomendação, porque acredita que ela reflete uma preocupação do coletivo, apesar de não ter uma resposta sobre de que maneira endereçar esse problema.

Sobre a **REC 5/2023**: Manter o tamanho de 13 cm para a lagosta vermelha na safra de 2024.

O Sr. Carlos Eduardo (CONEPE) solicitou que fosse registrado em ata que a posição da instituição é que o tamanho mínimo da lagosta fosse 14 centímetros.

Sobre **REC 6/2023**: Proibir a retenção a bordo e desembarque de todas as espécies de lagostas ovadas.

O Sr. Francisco Ribeiro, representante da Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-33, propõe uma modificação na proposta, sugerindo que nos três primeiros meses, a cota seja composta, principalmente, por 90% de lagosta inteira. Ele justifica essa sugestão afirmando que essa abordagem resultaria em um melhor desempenho no final do período da cota. Ressalta que, uma vez que o limite de captura seja estabelecido, não seria permitido continuar pescando, eliminando o risco mencionado por Martin, relacionado ao armazenamento de calda antes da abertura da temporada.

Francisco destaca que ao impor restrições durante esse período, estaria contribuindo para a preservação e melhoria do estoque no futuro. Ele menciona a impossibilidade de armazenar lagosta inteira ou viva por muito tempo, o que, na sua visão, contribuiria para evitar práticas que prejudicam o ecossistema, como a armazenagem da calda para venda imediata no início da temporada.

Ao final da discussão das recomendações, o Senhor Jairo (ABIPESCA) colocou em pauta a questão das formas de comercialização, se mantém o que estava proposto na Portaria MPA/MMA nº 3, de 2023 ou se ocorre a prorrogação por mais um ano para se comercializar a lagosta em cauda e inteira. O Senhor Martin (OCEANA) sugeriu que, se caso manter por mais um ano a comercialização de apenas em cauda e inteira, que nos primeiros 30 dias da safra somente seja permitido o desembarque da lagosta inteira, ressalta-se que esse ponto foi consenso entre a maioria dos participantes, porém, quanto a continuidade da prorrogação ou se já deixa o que está na portaria supracitada entrar em vigor, ficou como sugestão para a próxima reunião.

O outro ponto exposto, foi relacionado à comercialização nos últimos 3 meses de safra, conforme o parágrafo §2º do artigo 9º da Portaria SAP/MAPA nº 221, de 2021. A sugestão do Sr. Jairo é que seja suprimido, pois segundo ele, não faz sentido manter essa regra. Diante disso, o Sr. Roberto (MMA), recomenda para esse ponto seja discutido na próxima reunião.

5. DEFINIÇÃO DE DATA DA 3ª SESSÃO DO CPG LAGOSTA

A Coordenadora mencionou que a 3ª Sessão Ordinária está agendada para junho de 2024 e, antes de concluir, concedeu a palavra para observações adicionais. A data prevista para a próxima reunião é na segunda quinzena de março de 2024. Os locais sugeridos foram Brasília (MPA) e Rio Grande no Norte. Ela ressaltou que, dependendo da necessidade de abordar questões específicas, reuniões extraordinárias podem ser convocadas a qualquer momento pela coordenação. Sem outros temas ou manifestações, e antes de formalizar o encerramento da sessão, a Coordenadora convidou todos os presentes no auditório e na videoconferência para participarem de um registro fotográfico da reunião.

6. ENCERRAMENTO

A Coordenadora do CPG Lagosta agradeceu a presença de todos, destacando a importância da retomada desse espaço de discussão e que a reunião apontou temas e encaminhamentos importantes. Em seguida, declarou encerrada a 2ª Sessão Ordinária do CPG Lagosta, desejando boa noite aos participantes.

Tabela 01. Recomendações da 2ª Sessão Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável das Lagosta - CPG LAGOSTAS da Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros - Rede Pesca Brasil, ocorrida de forma mista pela plataforma Microsoft Teams, nos dias 14 e 15 de dezembro de 2023, em Fortaleza/CE.

RECOMENDAÇÃO	RESPONSÁVEL (Nome/instituição)	PRAZO PARA ATENDIMENTO
REC 1/2023: Instituir o Grupo Técnico Científico – GTC Lagosta e agendar a primeira reunião.	MPA	30 dias
REC 2/2023: Instituir o GT Mergulho, contemplando como convidadas as organizações do setor pesqueiro artesanal que manifestaram interesse e pesquisadoras/es, e agendar a primeira reunião	MPA	45 dias
REC 3/2023: Estabelecer para a safra de 2024 o limite* de captura de lagostas (verde e vermelha). O controle se dará pela consolidação de formulário de entrada de matéria prima nos estabelecimentos processadores. *Submeter ao GTC as propostas apresentadas de valor do limite de captura anual. (Entre 5200 e 5500 toneladas)	MPA e MMA	Até a próxima reunião do CPG
REC 4/2023: Avaliar a necessidade de medidas de compensação das diferenças na capacidade de pesca e de impactos socioeconômicos para as embarcações a vela.	CONFREM	Até a próxima reunião do CPG
REC 5/2023: Manter o tamanho de 13 cm para a lagosta vermelha na safra de 2024.	MPA e MMA	Próxima Safra

REC 6/2023: Proibir a retenção a bordo e desembarque de todas as espécies de lagostas ovadas.	MPA e MMA	Próxima Safra
--	-----------	---------------

* Trata-se do prazo para dar início às tratativas da recomendação.

Próxima reunião: 2ª quinzena de março